

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE O TRABALHO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entrevista com o Prof. Dr. Amilton José Moretto¹ realizada pela Prof^a. Dr^a
Valéria Ferreira Santos De Almada Lima²

- 1) Considerando a já histórica precariedade e insegurança do trabalho no Brasil, acentuada com as medidas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho, como o senhor avalia os impactos da atual crise sanitária ocasionada pela Pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro?

Os problemas no mercado de trabalho já vinham desde antes da crise sanitária da Covid-19. A pandemia só agravou esse quadro. Lembremos que após dois anos recessivos – 2015 e 2016, quando o produto caiu 6,7% - a economia brasileira tem se mostrado estagnada, com o PIB crescendo 4,6% entre 2017 e 2019. Ou seja, não tínhamos recuperado o nível de atividade quando a crise nos atingiu em 2020, fazendo recuar o produto em 4,1%. Portanto, voltamos, praticamente ao patamar do final de 2014. Esse fato, por si, foi suficiente para fazer com que o mercado de trabalho se deteriorasse, como indica a taxa de desocupação da PNAD-Contínua do IBGE. Esta taxa que no último trimestre de 2014 registrou 6,5%, passou a 8,9% no 4º trimestre de 2015, 12,0% em 2016, passando a se reduzir lentamente a partir de 2017, quanto atingiu 11,8%, 11,6% em 2018, 11,0% em 2019, e voltando a crescer em 2020, quando atingiu a cifra de 13,9%. Veja, estamos considerando somente o último trimestre de cada ano, normalmente com crescimento do emprego por conta das festas de final de ano. Se olharmos o que ocorre ao longo de cada ano, observamos que a taxa de desocupação atingiu valores maiores. O que importa analisar, contudo, é a tendência de crescimento a partir de 2015

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2007); Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2004); Professora do Departamento de Economia, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA; Pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAEPP; Coordenadora do Eixo Temático do Trabalho do Observatório Social e do Trabalho; Pesquisadora do CNPq, Nível II.

e, mesmo com a tímida recuperação econômica a partir de 2017, a taxa de desocupação se manteve em dois dígitos. Ou seja, a política de ajuste fiscal tem se mostrado perversa para o mercado de trabalho. A pandemia, e sobretudo o seu enfrentamento, somente explicitou e intensificou um problema que já estava presente. Para termos uma ideia do sentido da precarização do trabalho no período recente, os dados da PNAD-Contínua nos informam que o número médio de ocupados em 2019 era de 93 milhões de pessoas, cerca de 5% acima da média de 2014. Em 2020 esse total caiu para 86 milhões, 8% menos que no ano anterior. Mas o mais importante é a composição dessa ocupação. Em 2014, 39,8% (36,4 milhões) eram empregados com carteira assinada no setor privado, proporção que caiu para 35,6% (33,2 milhões) em 2019 e 35,6% (30,6 milhões) em 2020, enquanto os ocupados por conta própria passaram de 23,1% (21,1 milhões) em 2014 para 25,9% (24,2 milhões) em 2019 e 26,4% (22,7 milhões) em 2020. Ou seja, com exceção da ampliação da ocupação no setor público (militares e estatutários) que passou de 7,8 milhões em 2014 para uma média de 8,4 milhões em 2020, o que se verificou foi a ampliação das formas menos protegidas de inserção ocupacional, ou sem o registro em carteira de trabalho ou como trabalhador por conta própria, que mesmo na pandemia teve redução, por conta da necessidade de isolamento social, o que acarretou em menor demanda por serviços da parte das famílias e das pessoas para esses profissionais. Deve-se destacar que esse é o resultado em termos agregados, pois quando se olha para atividades específicas, podemos verificar uma ampliação da ocupação por conta própria, por exemplo, nas atividades de entregas, como no caso dos serviços de plataformas digitais, que experimentaram um forte crescimento nesse período de pandemia.

- 2) Na sua opinião, a ampliação do uso das diversas modalidades de trabalho remoto, imposta pelas exigências de distanciamento social necessárias para conter a disseminação do Novo Coronavírus, constitui uma tendência a permanecer no futuro pós-pandemia e como tal tendência impactará nas condições de trabalho?

Em algumas situações isso deverá se confirmar. Nem toda atividade poderá ser realizada à distância. Em alguns casos, deverá ocorrer uma forma híbrida. A pandemia acelerou algumas tendências ou criou a oportunidade de inserção de certas formas de execução de atividades e de serviços. O fato de se ampliar a disseminação de novas tecnologias de informação e comunicação não é, necessariamente, um fenômeno que leve à precarização ou redução das condições de trabalho. Será preciso construir uma regulação capaz de organizar esse novo ambiente e, sobretudo, impedir os aspectos nocivos que essas novas tecnologias possibilitam ao intensificarem e desagregarem o espaço/tempo do trabalhador. Creio que vai exigir muita criatividade para se regular essas novas tecnologias, que seja capaz de ir além do contrato individual, mas que tenha um caráter de contrato público coletivo, ao qual, o contratante necessariamente tenha que aderir para poder utilizar o trabalho do trabalhador contratado.

- 3) Do ponto de vista do Estado e das políticas públicas, a Pandemia da Covid-19 expõe os limites do atual padrão de acumulação capitalista, de caráter destrutivo em relação à natureza, e do padrão de regulação hoje hegemônico, de inspiração neoliberal. Que lições a Pandemia poderá deixar em relação ao papel do Estado?

A crise da Covid-19 expôs muito claramente a impossibilidade de se conciliar o modelo econômico implementado desde 1980, de hegemonia do mercado e das finanças globalizadas com uma sociedade mais equânime. As políticas econômicas neoliberais, apesar de seu discurso não entregaram o que prometeram. Os trabalhos sobre desigualdade, como o de Thomas Piketty, ilustram fartamente as consequências nocivas desse modelo econômico. Boa parte do mal-estar que vivenciamos desde a crise de 2008, nas mais diferentes sociedades é, no nosso entendimento, reflexo dessa incapacidade de se construir uma sociedade com base nos pressupostos das políticas neoliberais. As mudanças estão ocorrendo em todas as partes. Até mesmo nos EUA, o plano do presidente Biden tem tensionado o modelo iniciado por Reagan nos anos 1980. E a saída exigirá uma nova relação do Estado com a sociedade. As

exigências colocadas para a manutenção da vida não podem ser respondidas pelo modelo de mercado, ou seja, nem tudo pode ser mercadorias, há bens que são vitais, como a água que bebemos. Portanto, não se pode deixar que o mercado decida quem tem direito de beber água de boa qualidade, ou mesmo ter acesso à água. Nesse sentido, o papel do Estado deverá ser redesenhado para podermos, enquanto sociedade, darmos respostas às questões emergentes, como a questão ambiental e de saúde pública, mas também, problemas que permanecem ou se agravaram no período recente, como a desigualdade social, a pobreza e a insegurança alimentar. As políticas públicas terão de se reinventar, para poderem responder às demandas de uma sociedade que está mais exigente e, de certa forma, cansada com a situação atual. Essas políticas deverão ter melhor coordenação e integração. Não basta, por exemplo, somente uma política de transferência de renda para a população definida como pobre ou vulnerável. Será necessário um conjunto de ações ou de políticas complementares que sejam capazes de transformar o quadro de desproteção social, evidentemente, ações que são de curtíssimo prazo – afinal, fome não pode esperar que se faça ajuste fiscal – e de médio e longo prazos. O que a pandemia nos mostrou, a meu ver, é que não há saída individualista, as soluções são coletivas, ou avançamos todos, ou não se vai a lugar nenhum.